

NECROJORNALISMO E A COBERTURA DA VIOLÊNCIA ARMADA:

A proposição de um novo termo a partir da cobertura do assassinato de Kathlen Romeu pela Rede Record

Necrojournalism and the coverage of armed violence

Carla Baiense Felix¹ e Ana Flávia Rodrigues de Godoy²

Resumo:

Este trabalho se propõe a apresentar o conceito de necrojornalismo como um operador da comunicação a serviço das políticas de extermínio promovidas pelo Estado. Para o elaborarmos, partimos do conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2011), e acionamos teorias de jornalismo e reflexões no campo de estudos sobre mídia e violência. Conceituamos o necrojornalismo como uma prática jornalística que se alimenta da morte de corpos matáveis para mobilizar o medo das audiências, legitimando políticas de extermínio de populações pobres, negras e periféricas. Para exemplificar a aplicação do conceito, realizamos uma análise da cobertura do programa Cidade Alerta, da Rede Record, sobre o assassinato da modelo Kathlen Romeu. A partir dela, identificamos e sistematizamos as características deste tipo de jornalismo.

Palavras-chave: necrojornalismo, violência, Cidade Alerta, Kathlen Romeu.

Abstract:

This article proposes to present the concept of necrojornalismo as a communication's operator at the service of the extermination policies promoted by the State. To elaborate, we used the concept of necropolitics, by Achille Mbembe (2011), and based ourselves on theories of journalism and on reflections about media and violence. We conceptualize necrojornalismo as a practice that uses the death of killable bodies to mobilize the audience's fear, legitimizing the policy of exterminating poor, black and peripheral people. To exemplify the application of the concept, we did an analysis of the Cidade Alerta's

¹ Professora Associada do Departamento de Comunicação Social, vinculado ao Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS), da Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlabaiense@id.uff.br.

² Jornalista formada pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: anaflaviarodriguesdg@gmail.com.

coverage of Kathlen Romeu's murder. From there, we identify and systematize the features of this type of journalism.

Keywords: necrojournalism, violence, Cidade Alerta, Kathlen Romeu.

1. Introdução

O discurso pautado na violência recebe destaque como questão pública tanto na política quanto na mídia brasileira. No Rio de Janeiro, cenário deste trabalho, a violência armada é a que encontra maior visibilidade nos jornais e redes sociais. Consideramos necessário observar de onde vem essa percepção e por quais motivos a violência armada ganha tanta relevância neste contexto. Félix (2015, p. 126) afirma que, a partir dos anos 1980, a imprensa incluiu as notícias sobre crimes na editoria de cidade, afastando-as das páginas de polícia e “fomentando um novo tipo de visibilidade da violência urbana e da relação destes episódios com seus leitores”.

O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de necrojournalismo e compreender como determinado segmento da imprensa utiliza a morte como matéria-prima para um desempenho midiático que reforça o medo e legitima políticas públicas de extermínio de populações periféricas. Para isso, propomos uma reflexão sobre como se constroem essas narrativas, que expõem e desumanizam os corpos matáveis a partir das construções narrativas promovidas pelo jornalismo de sensações.

Consideramos importante problematizar o tipo de cobertura praticada por profissionais que exploram a morte e, assim, ajudar a promover a construção de um jornalismo que respeita, cada vez mais, os direitos fundamentais de cada cidadão e que cumpre sua função social.

Para isso, nos propomos a analisar a cobertura jornalística da violência armada no Rio de Janeiro a partir de um episódio exemplar do que chamaremos de necrojournalismo. O episódio a ser analisado aborda o caso Kathlen Romeu e a cobertura realizada pelo programa Cidade Alerta, exibido pela Rede Record. O foco estará no uso das linguagens

verbal e não verbal mobilizadas na exibição da reportagem. O impacto do uso do jornalismo de sensações foi tão notável, que, para além de causar incômodo, gerou curiosidade e interesse em entender os processos através dos quais a cobertura foi produzida e as motivações que a sustentam.

Iniciamos o trabalho por uma discussão teórica, sobre a relação entre mídia e violências e linguagem jornalística. Na sequência, apresentamos o conceito de necrojornalismo. A partir da necropolítica, teorizada por Achille Mbembe, nos propomos a olhar a especificidade do jornalismo de sensações que foca na morte de corpos matáveis e em seus desdobramentos. O conceito se vincula, portanto, à cobertura jornalística de processos violentos e sua relação com políticas de extermínio promovidas pelo Estado. Em seguida, vamos analisar, de fato, a cobertura e alinhar com a teoria. Procuraremos compreender de que forma se dá o uso da linguagem jornalística na cobertura da violência armada no Rio de Janeiro, discutir o papel das imagens nesse tipo de cobertura, entender de que forma as mensagens produzidas pelos discursos jornalísticos são reverberados na sociedade e analisar de que forma a linguagem influencia na cultura do medo e endossa posições extremistas.

Para isso, analisamos a cobertura do caso Kathleen Romeu, feita pelo programa Cidade Alerta, produto audiovisual exibido pela Rede Record de segunda a sábado, na faixa das 18 horas, horário em que boa parte dos trabalhadores brasileiros começa a chegar a casa. O telejornal, que está no ar desde 1995, é conhecido por seu caráter sensacionalista e é exibido tanto na versão nacional quanto em versões locais, abordando a violência de forma explícita durante cerca de duas horas de transmissão.

Pretendemos fazer conexões entre as características do necrojornalismo e aspectos que aparecem neste tipo de produção. A partir da análise do caso da jovem grávida assassinada durante um confronto entre polícia e traficantes de drogas, vamos exemplificar este novo conceito e propor uma reflexão sobre a ética na prática jornalística.

Ao final deste trabalho, visamos estabelecer o conceito de necrojornalismo, iniciar um debate sobre esta vertente da comunicação e expor a ligação entre ela e as políticas de extermínio do Estado sobre corpos pretos, favelados e periféricos. Com base no eixo teórico apresentado, nas novas perspectivas propostas e nas análises feitas, planejamos exemplificar como se dá o processo de retroalimentação entre a necropolítica e a mídia que explora as sensações por meio de discursos sensacionalistas que promovem o ódio e o medo.

2. A teoria do necrojornalismo

A necropolítica, conceito proposto por Achille Mbembe em 2011 e repercutido em diversas obras, coloca em pauta a licença garantida ao Estado de matar sob pretexto de manutenção da ordem. No Rio de Janeiro – cenário deste trabalho – e em diversas cidades brasileiras, as inúmeras incursões policiais em favelas e periferias desrespeitam a lei à medida que, no Brasil, a pena de morte não é legalizada. Afinal, é comum que pessoas oriundas destes territórios sejam feridas ou mortas durante os confrontos. Dados do Instituto de Segurança Pública, divulgados pela Rede de Observatórios da Segurança em 2022, apontam que 1.327 pessoas foram mortas em decorrência de ações das forças policiais no Rio de Janeiro, número que representa 29,7% de todas as mortes violentas no estado.

Mbembe (2018) questiona quem é o sujeito da lei que estipula o poder da vida e da morte e sobre que tipos de corpos esta lei será aplicada. Ele procura entender o que opõe o assassino e a vítima, condenada à morte em função de sua cor e classe social. Por isso, é importante compreender que, num país forjado pela escravidão e pela exploração dos pobres, o poder de decidir sobre a vida e a morte está entregue a um Estado racista, classista e opressor.

Dentro deste contexto, o jornalismo atua como um fator fundamental na construção da realidade e, portanto, na manutenção da necropolítica. Com isso, propomos

o uso do termo necrojornalismo para caracterizar o noticiário que precisa da morte de pessoas que vivem à margem do sistema capitalista para se estabelecer. O termo é a fusão entre a necropolítica, como operador social, e o jornalismo que se alimenta desse regime para promover a notícia enquanto produto sensacional.

Uma das características deste viés de comunicação é a fidelização da audiência por meio do aprofundamento das sensações que a morte provoca. A narrativa pautada na exploração da vítima enquanto sujeito, de sua história, dos parentes desolados, do lugar em que o crime aconteceu, das possíveis motivações e dos demais sujeitos envolvidos fazem parte da estratégia que reforça as políticas de morte de uma forma estrutural. Isso porque a necropolítica tem alvos bem marcados em pessoas pretas, pobres, periféricas e faveladas.

O necrojornalismo também é um agente que opera na legitimação das ações violentas do Estado contra a população preta e favelada, como afirma Rondelli (1998, p. 147) ao se referir à violência como forma de linguagem. Ela pontua que a mídia, ao explorar essa violência, toma seu lugar como amplificadora desta linguagem.

A violência aparece não só como mero fenômeno de agressão física, mas também como linguagem, como ato de comunicação. Não por qualquer decisão consciente de suas vítimas ou praticantes, mas por ser a expressão limite de conflitos para cuja solução não se pode contar com formas institucionalizadas de negociação política ou jurídica legítima. (Rondelli, 1998, p.147)

Kodato (2018) aponta para a ação exercida pelos meios de comunicação de massa, que são responsáveis por difundir uma série de valores, conhecimentos e representações sociais. Estes conceitos são interpretados pelo receptor com base em suas vivências.

Entende-se que são as relações sociais, a troca de informações, o jogo da alteridade, do contato eu-outro, que determinam a que tipo de saberes circulantes na sociedade será conferido mais ou menos valor, quais serão reproduzidos ou abafados, quais serão alimentados ou ocultados. (Kodato, 2018)

Assim, quando o necrojornalismo criminaliza pessoas e espaços específicos e os retrata como grandes motivos para a violência acontecer, atribui a elas e seus territórios

a responsabilidade pelo risco à sociedade. Criam-se, então, discursos de ódio legitimados pela vivência. Paulo Vaz, em entrevista à revista *Reciis*, afirma que a moralidade é construída a partir da ideia de risco. No limite e, desde que não exponham terceiros ao risco, as pessoas podem fazer o que acharem necessário. Assim, o suposto portfólio do risco, que será debatido mais adiante – no qual se incluem os moradores da favela, coloca o resto da sociedade em perigo.

Entende-se que, antes mesmo que a violência deixe de ser vista apenas pelos veículos de comunicação e se torne palpável, é preciso exterminá-la. E, por consequência, os que carregam suas características, conforme os padrões da moralidade branca e burguesa. Ressaltamos que extermínio é sinônimo de necropolítica e, se existem grupos de pessoas e lugares previamente estigmatizados, serão estes os alvos das políticas de morte.

Para Félix (2017, p. 7), não há dúvida que a segurança é o principal foco do debate sobre a favela. De acordo com a autora, o que acontece é uma diferenciação entre ‘nós’, os cidadãos de bem que pagam impostos e cumprem seus deveres morais, e ‘eles’, que representam uma ameaça à segurança dos outros. Assim, os direitos humanos perdem espaço no debate público.

2.1 O medo como instrumento de controle e legitimação

Em 2023, o Instituto DataSenado revelou em pesquisa que o percentual de brasileiros favoráveis à ampliação do acesso a armas para diminuir a violência chegou a 37%. No ano anterior, 28% das pessoas tinham essa opinião. O dado em questão precisa ser observado por este trabalho, posto que, para analisar o jornalismo que cobre violência, é necessário levar em conta os efeitos das coberturas.

O medo é um sentimento que, por vezes, pode justificar atitudes extremas sob o pretexto da proteção. A aproximação do noticiário necrojornalístico ao seu público por meio de uma série de estratégias transforma o medo em um componente tático. Isso porque, o consumidor deste tipo de mídia é envolvido pela sensação de poder ser a

próxima vítima da violência. Assim, torna-se justificável, no imaginário de boa parte da população, portar uma arma para se defender de uma possível ameaça, que parte de uma análise subjetiva do que é o perigo.

Para Matheus (2008, p. 108), “é nesse diálogo permanente entre os jornais e o público que se constrói o sentido daquilo que está sendo narrado e no qual os jornais se fazem necessários”. Em ambos os casos, o fator determinante para a construção de significados é um grande aliado da necropolítica e, portanto, do necrojornalismo: o medo.

Kodato (2018, p. 9) chama de imaginário do medo o estado em que as pessoas aproximam de sua realidade características do cotidiano de violência trazidas a partir do filtro da imprensa.

Com a repetição exaustiva de casos de assassinatos, roubos e outros tipos de crimes, [as pessoas] passam a imaginar que correm, a todo tempo, risco de serem vítimas de atos violentos e que podem virar presa do inimigo, no caso o bandido, a qualquer momento. O resultado são prejuízos ao processo civilizatório, já que exclui a possibilidade de convivência com o desconhecido, que passa a ser visto como perigoso. De quebra, alimenta a indústria da segurança, representada pelo mercado das empresas privadas especializadas em mecanismos de vigilância, e legitima as ações de controle social, como a própria repressão policial. (Kodato, 2018, p. 9)

Além de ajudar a construir a legitimação da violência como forma de manutenção da segurança – por mais contraditório que isso possa parecer – o necrojornalismo age diretamente na construção de sentidos dentro do universo em que atua. Félix (2008, p. 138) aponta que a mídia reitera o chamado portfólio de riscos elencados pela sociedade e valida o tratamento desigual aos que carregam consigo o estigma de representar esse risco: pessoas pretas, pobres, periféricas e faveladas. “Apontar os culpados é uma maneira de justificar a exclusão a que eles estão confinados. Exclusão que não diz respeito a uma ausência do mercado, mas à violação do direito à voz e à ação política” (Félix, 2008, p. 138).

Isso significa que, além de considerar justificável usar uma arma para matar sua possível ameaça, os sujeitos, impregnados das imagens e narrativas do necrojornalismo,

ainda personificam tal ameaça na figura das pessoas que fogem ao padrão branco, rico e morador da área nobre da cidade.

2.2. Teoria do agendamento e critérios de noticiabilidade no necrojornalismo

Para os futuros jornalistas que estão na graduação, o debate entre objetividade e subjetividade é colocado em pauta a todo momento. É sutil o limite entre a atuação respeitosa que não pretende ser imparcial – pois imparcialidade não existe, posto que quem está por trás da mídia são pessoas – e a produção de um jornalismo que atua de forma tendenciosa para suprir os interesses de determinados grupos. Dessa forma, é necessário entender que a objetividade é perpassada pela subjetividade e vice-versa. É o que diz Moraes (2019, p. 209) quando afirma que orientar os enquadramentos e pautas levando em consideração critérios raciais, geográficos e de gênero, por exemplo, não significa abdicar da objetividade. Pelo contrário. De acordo com a autora, “a subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo”. E é esse o ponto de equilíbrio entre os dois conceitos.

A cobertura de um fato é idealizada e realizada por pessoas que fazem escolhas editoriais que atendem a interesses empresariais, pessoais e políticos. No necrojornalismo, portanto, a exploração da morte acontece de forma proposital. Os corpos das vítimas, dos culpados e dos demais envolvidos são explorados com recortes e diversos planos de imagem para servir a um ou mais propósitos. As diversas suítes sobre um assassinato, o uso de termos específicos para tratar lugares, a escolha das fontes: tudo isso é parte da construção narrativa do necrojornalismo e do que o veículo responsável pela cobertura quer mostrar. A partir disso, podemos pensar nos critérios de noticiabilidade adotados pelas empresas jornalísticas.

Qualquer aspecto pode virar parte da narrativa da morte: um plano detalhe de uma foto, um grau de parentesco imperceptível com uma pessoa quase irrelevante, a lembrança de um caso nada similar que aconteceu anos atrás e que não agrega em nada na cobertura.

Todos esses aspectos têm como objetivo principal a audiência e, logo, a repercussão que a cobertura vai ter para além das telas, jornais e portais. A teoria do agendamento revela isso: a mídia procura pautar as discussões que ultrapassam o momento no qual o jornal vai ao ar, por exemplo.

Na sua seleção diária e apresentação de notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são as mais importantes questões do dia. Essa habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos (Mccombs, 2009, p. 18)

Além de ter o poder de mobilizar os discursos políticos, por exemplo, o agendamento das pautas também promove consequências sociais, de comportamento, políticas públicas e pensamentos. No caso do necrojornalismo, reforça preconceitos e normaliza situações violentas do cotidiano dos alvos das notícias.

Neste ponto, o jornalismo reforça seu papel na construção de sentidos e na reverberação de estereótipos por meio de sua linguagem. Dessa forma, o necrojornalismo legitima a necropolítica quase como um braço fundamental para sua implementação. Comunicação e cultura andam lado a lado e seus conceitos se entrelaçam. Portanto, é vital para o Estado que esse tipo de trabalho seja feito e permeado na sociedade como parte dos hábitos cotidianos. Afinal, como pontua Mbembe (2018), “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação de poder”.

3. O necrojornalismo na prática: uma análise sobre o caso Kathlen Romeu

No dia oito de junho de 2021, no Complexo do Lins, um confronto entre traficantes e policiais matou a modelo e designer de interiores Kathlen Romeu, que estava grávida. No mesmo dia, o Cidade Alerta, apresentado por Luiz Bacci, realizou uma

cobertura ao vivo do caso. Muito recente e sem uma investigação em andamento, o trabalho foi pautado por declarações da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) e especulações.

Antes de abordar especificamente o caso de Kathlen, é importante expor as circunstâncias em que a cobertura se deu. Tivemos acesso à edição do Cidade Alerta do dia 8 de junho de 2021 por meio da plataforma Play Plus, que disponibiliza todos os episódios da edição nacional do programa mediante um pagamento. A busca não é intuitiva e não disponibiliza filtros de tempo ou palavras-chave. Trata-se de programa ao vivo que procura formular uma narrativa a partir da sobreposição de vários assuntos, de forma a construir relações baseadas na violência armada. É certo que todos têm a violência como ponto principal, mas não necessariamente têm outros aspectos em comum, mesmo que o programa se dedique a classificá-los da mesma forma.

A transmissão do dia 8 de junho durou duas horas e 14 minutos. A tela e a atenção do apresentador foram divididas entre três casos: o assassinato de Kathlen Romeu e o do policial militar Leandro Patrocínio e o desaparecimento de Júlia Garcia e Claudia Cristina. Esses últimos, em São Paulo. Um dos quadrantes mostrava fotos das vítimas cujos casos eram investigados e os outros três mostravam as imagens disponíveis de cada uma das coberturas, ao vivo ou não. Uma trilha sonora de filme de ação trazia um clima tenso para a transmissão como se, a qualquer momento, um super-herói fosse aparecer para mudar o rumo dos acontecimentos. A dramatização da morte e das tragédias é uma característica do necrojornalismo e, nesse caso, a preparação do cenário dramático comprova isso.

Sem conseguir dar a atenção necessária para cada cobertura, os detalhes de cada uma delas não tinham profundidade e diziam pouco sobre o que tinha acontecido. Mesmo assim, em torno dos 22 minutos de transmissão, Luiz Bacci afirmou:

Está tudo acontecendo ao mesmo tempo. Nós estamos com repórteres, é a maior estrutura de jornalismo local em todo o país. (...) Vamos fazer a divisão com todos os casos! Eu não vou tirar pé de caso nenhum. É o que eu estou dizendo desde o começo do programa. Meus amigos, meus

companheiros de trabalho, (...) é o compromisso deste programa de ir até o fim. (...) Vamos ‘pra’ cima, Brasil! Este programa está do lado do povo. (Bacci, 2021)

Quando o programa começou, havia poucas horas desde o assassinato de Kathlen e, portanto, as investigações ainda não tinham sido iniciadas. Mesmo assim, o apresentador repetia incessantemente que, de acordo com a Polícia Militar, a bala que acertou a modelo havia sido disparada pelos bandidos durante o confronto e implorava que a PMRJ fosse a público prestar esclarecimentos. Com uma hora e dez minutos de transmissão, o apresentador afirmou: “É bom mesmo que a polícia entre com os dois pés nesse caso ‘pra’ que não passe batido. ‘Pra’ que a população não tenha dúvidas de que o tiro partiu da arma de bandido. Já ‘tão’ espalhando lá que o tiro partiu da arma de policial.”

Como assinala Félix (2015), o uso exclusivo de fontes oficiais nas reportagens prejudica o esclarecimento do público, uma vez que tende a incorporar um discurso que criminaliza a população preta e pobre, enquanto justifica a violência contra essa mesma população.

A aproximação com um discurso que se fundamenta somente em fontes oficiais torna as reportagens cada vez mais homogêneas e consensuais. O resultado é a legitimação da atuação das forças policiais, que passam a ser vistas como um bem comum para todas as classes sociais, ainda que sua ação se restrinja a territórios pobres, os únicos identificados com o tráfico. (Félix, 2015)

Enquanto isso, o que havia eram imagens de uma manifestação promovida pelos moradores do Lins, consternados pela brutalidade. Os manifestantes choravam, gritavam palavras de ordem e exibiam cartazes com mensagens que pediam paz na comunidade enquanto eram reprimidos pelos policiais. O local era próximo à entrada da comunidade e da autoestrada Avenida Menezes Cortes, conhecida como Grajaú-Jacarepaguá. O apresentador do Cidade Alerta descreveu o ambiente como perigoso, onde, em suas palavras,

Para vocês terem uma ideia, bem ali onde estavam os manifestantes, você vira a direita, o filho chora e a mãe não vê. É bandido ‘pra’ caramba! (...)

Bandido com fuzil, bandido com granada, bandido com coquetel molotov, bandido com pistola, bandido com metralhadora... É bandido de tudo quanto é espécie nessa toca ali à direita. Por isso que a polícia, antes da manifestação ganhar mais força, a polícia já faz com que toda a via seja desobstruída. Porque esses criminosos não ‘tão’ nem aí. Eles querem aproveitar a confusão, eles querem aproveitar a baderna ‘pra’ que a polícia se desestabilize. (Bacci, 2021)

Podemos, a partir dessas primeiras pistas, identificar algumas faces do necrojornalismo. A primeira delas está na atribuição de adjetivos ao lugar e, conseqüentemente, às pessoas. Além disso, a repetição do termo bandido colabora para a estigmatização de quem vive neste local e reforça que ali só residem contraventores. Outra abordagem desta comunicação violenta é a dedução de que as pessoas estão servindo ao crime e, de alguma forma, desestabilizando a polícia a mando dos traficantes. Nesse episódio, o medo foi um importante aliado do necrojornalismo. Afinal, se só tem bandido naquele território onde os eventos mais sórdidos acontecem, não há motivos para que a paz seja mantida, ou seja, a ação policial torna-se necessária.

Aos 41 minutos da transmissão, a repórter presente no hospital para o qual Kathlen foi levada exhibe os familiares e amigos desolados. Em seguida, é exibida uma entrevista com a avó da vítima, a única testemunha ouvida durante mais de uma hora de transmissão. Ela estava com Kathlen no momento em que foi ferida e afirmou que tudo aconteceu de forma repentina. Os demais presentes foram mostrados em seu momento de vulnerabilidade, mas não houve entrevista.

De volta ao estúdio, Luiz Bacci afirmou que a avó de Kathlen parecia ser uma senhora muito digna, oferecendo seu aval para que ela pudesse sofrer. Ou seja, foi necessário criar uma identidade para a mulher que perdeu um ente querido para que sua dor se tornasse genuína e se distanciasse da imagem da moradora de favela que convive com o crime.

Está evidente outra característica do necrojornalismo: a eleição de quem merece ter seus sentimentos, valores e posicionamentos reconhecidos. Aos olhos do jornalista que o pratica, a pessoa precisa atender a uma série de requisitos para merecer ser ouvida

e validada. Para Félix (2008, p. 138), a mídia, com seu discurso reducionista, confere legitimidade ao tratamento desigual destinado a moradores de favelas, além de reduzir a possibilidade de serem projetadas soluções para a crise que, segundo a autora, não é de segurança pública, mas de ética. E é justamente sob esta falta de ética que atua o necrojornalismo.

Por volta dos 36 minutos de cobertura, o apresentador exemplifica o que consideramos ser a síntese da prática necrojornalística. Em sua fala, associa a população do Complexo do Lins ao crime organizado, como se todos fossem colaboradores do tráfico de drogas. Além disso, ele afirma com toda certeza que a polícia estaria agindo conforme a lei, ainda que não existam provas de que isso estivesse acontecendo. Por fim, ele, em nome de toda a população, concede aos policiais o poder de matar.

O crime quer desestabilizar a polícia. Desestabilizando a polícia dessa forma covarde, eles botam a população 'pra' ir 'pra' cima da polícia. Eles são covardes. Traficante pesado não suja as mãos. Ele só fica na toca mandando, mandando, mandando. (...) Eles dão ordem 'pra' população inocente: coloca fogo. Eles financiam arruaça, justamente, 'pra' que a polícia dê um passo 'pra' trás. Só que já 'tá bem claro' pro' povo brasileiro quem 'tá' agindo dentro da lei. (...) Vão pra cima! A população está no lado de vocês. Vocês, meus amigos policiais, têm nas mãos cartabranca do povo para nos defender. A gente não pode contar com a lei. Infelizmente, é uma lei pouca, é uma lei perversa com o cidadão de bem. Mas vocês são a nossa voz. Vocês, policiais, vocês nos representam. Então, a população vai estar sempre do lado do policial de bem. Vocês merecem o nosso carinho, o nosso reconhecimento. (Bacci, 2021)

Quando um jornalista se sente à vontade para dizer, em rede nacional, que a lei brasileira é cruel, ele dá legitimidade para que o cidadão comum aja da mesma forma. Além de construir estigmas sobre as pessoas, o apresentador do Cidade Alerta fez questão de descrever a comunidade do Lins de Vasconcelos como um lugar perigoso e degradado, como se a única solução para resolver tantos problemas relacionados à violência viesse da atuação das forças policiais.

O ponto aqui não é negar que a violência seja parte do cotidiano dos moradores da região, haja vista o caso analisado neste trabalho. A grande questão é mostrar como o

necrojornalismo atua de forma a embasar as políticas de extermínio em diversos níveis, desde o mais evidente, quando o apresentador afirma que a polícia tem aval da população para agir de forma truculenta, até o mais sutil, quando ele reitera a necessidade da manutenção da polícia nesses lugares por serem perigosos.

Após um bom tempo cobrindo a morte de Kathlen, e tentando extrair informações dos outros dois casos mencionados no início, acontece o que o apresentador suplicou durante toda a cobertura: a produção conseguiu que o major da Polícia Militar, Ivan Blaz, desse seu depoimento. Em uma fala genérica, ele afirma que bandidos teriam atacado policiais que estavam apenas fazendo seu trabalho na comunidade e que o confronto teria sido inevitável. Em uma tentativa de amenizar a situação, Blaz afirmou que a polícia foi quem socorreu Kathlen. Não é essa a função das forças de segurança: atender às demandas da população e socorrer quem estiver em perigo? Mais uma vez, o ordinário foi tratado como extraordinário a fim de criar uma narrativa heroica. Ao final da fala do major, Luiz Bacci reitera tudo que foi dito e afirma novamente que quem atingiu Kathlen foram os bandidos. De novo: as investigações não tinham sido feitas. A cobertura não durou mais do que isso. A atenção ao caso de Kathlen se encerra com imagens aéreas genéricas e com a promessa de que o programa buscaria mais informações. Após isso, foram exibidas matérias gravadas sobre outros episódios de violência.

No dia 13 de dezembro de 2021, de acordo com o G1, as investigações da Delegacia de Homicídios da Capital concluíram que o tiro que atingiu Kathlen Romeu partiu da arma de um policial. Além disso, cinco agentes foram denunciados pelo Ministério Público por alterarem a cena do crime, dois deles efetuaram disparos e, até então, não foi possível identificar quem é o assassino da modelo e de seu filho, que não teve a chance de nascer.

Vale ressaltar que este fenômeno não é característica exclusiva do jornalismo da Rede Record, pois todo veículo é regido por uma empresa com disposições políticas e econômicas que podem variar conforme os interesses internos. A cobertura do assassinato de Kathlen Romeu foi escolhida, justamente, por ser o ponto de partida para o conceito

que proponho neste trabalho, mas não é o único exemplo possível. Num cenário como o do Rio de Janeiro, o que não faltam são exemplos que embasam a existência do necrojornalismo.

4. Considerações finais

Para realizar este trabalho, foi necessário pautar os estudos em pesquisadores que aliam a questão da violência com a mídia. Procuramos trazer análises e pesquisas que apontassem para o cenário atual no Brasil e no Rio de Janeiro, sem deixar de lado o histórico destes estudos. A referência mais antiga utilizada nessa produção foi o trabalho “Imagens da violência: práticas discursivas”, de Elizabeth Rondelli, cuja publicação ocorreu em 1998, 25 anos atrás. É frustrante pensar que, neste período, embora o debate sobre violência e mídia tenha avançado e ganhado novos rumos, o cenário não tenha mudado tanto. Nós ainda precisamos falar sobre o genocídio da população preta, da vulnerabilidade de habitantes de periferias e favelas e da falta de políticas que atendam às demandas destas pessoas.

O senso comum aponta que o ciclo básico de todo ser humano é constituído em nascer, crescer, se reproduzir e morrer. Entretanto, pessoas que representam o foco das políticas de extermínio sequer têm escolha sobre esta sequência. Muitos não chegam à idade adulta, outros conseguem alcançá-la, mesmo sem as condições necessárias, e alguns, como a criança que Kathlen Romeu carregava em seu ventre, nem chegam a nascer.

Ao retomar o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018) entende-se que ter soberania é exercer controle sobre a morte e definir a vida como uma manifestação e afirmação de poder. Por diversos motivos, o Estado não pode fazer isso sozinho. Por si só, as forças governamentais não se sustentam. É preciso que haja um aparato para levar adiante a necropolítica.

Um primeiro motivo para isso é o fato de o Estado precisar de pessoas dispostas a colocarem as políticas de extermínio em prática. De quem assina a lei a quem aperta o gatilho: todos estão envolvidos de alguma forma com as mortes provocadas pela violência armada, seja via agentes de segurança ou bandidos. Essa definição, inclusive, é problemática ao passo que julgamos como bandido, meliante ou delinquente aquele que comete crimes, nesse caso, que pratica a violência armada. Impregnados pelo estereótipo amplamente difundido na mídia, esses conceitos nos levam a pensar que, dentro dele, só cabem traficantes de drogas que ocupam favelas. Não ocorre pensar que há traficantes que não moram em morros e periferias e que toda e qualquer pessoa que tira a vida de outra também está cometendo um crime.

Félix (2017, p. 5) afirma que, nestas circunstâncias, a favela é apresentada tanto como um território cercado por traficantes, e seus habitantes, como vítimas da violência, quanto como origem de todo perigo para a cidade. Utiliza-se uma série de termos que caracterizam o traficante como inimigo do Estado, que tem a função de libertar a população, reaver os territórios e, finalmente, estabelecer a ordem.

A grande questão está no fato de que a pena de morte não é institucionalizada no Brasil. Portanto, os agentes de segurança, munidos de seu dever de proteger a população, não podem se sentir no direito de colocar em prática algo inconstitucional. Em um cenário em que tal conduta não fosse considerada crime, ainda seria contra a lei que um policial tomasse qualquer atitude antes do julgamento. Mesmo assim, as políticas de morte continuam escolhendo seus alvos e deixando vítimas como Kathlen Romeu e seu filho. Faz parte dos planos de um estado genocida que isso aconteça. Portanto, faz parte da necropolítica. Tudo isso funciona como uma máquina que precisa de todas as peças trabalhando para obter os resultados esperados.

Outro motivo para o Estado não agir sozinho é a necessidade de ter uma narrativa a seu favor. E é aí que o necrojornalismo entra. A partir da análise da cobertura do assassinato de Kathlen Romeu feita pelo Cidade Alerta, é possível entender que esse tipo

de comunicação encontra-se a serviço de uma hegemonia racista, patriarcal, classista e apegada a conceitos colonialistas que segregam e ditam, mais uma vez, quem tem ou não direito à vida e aos seus desdobramentos – opiniões, sentimentos e valores, por exemplo.

A manutenção da necropolítica pela mídia se dá em diversos aspectos. O principal deles é a construção de sentidos. Matheus (2008, p. 106) afirma que os jornais tornam-se campos de batalha porque é através deles que se dá parte dos processos de estigmatização. Em campos de batalha, acontecem conflitos e, no caso da linguagem, é por meio deles que os sentidos se constroem. Kodato (2018, p. 7) estabelece que as linguagens são cenário em que conflitos podem ser moderados ou reiterados. Silenciamentos, esquecimentos e ressignificações são meios pelos quais os sujeitos podem ser definidos e constituírem outros através das práticas discursivas, no que o autor chama de “jogo de tensões” entre o que pode ou não ganhar relevância a partir dos interesses referentes às relações de poder.

Ao juntar o imaginário do medo com a realidade cruel na cidade do Rio de Janeiro, o telespectador se sente à vontade para legitimar pensamentos extremistas. Dessa forma, se o jornal mostra com tanta constância a violência e reforça, com imagens e termos, quem são os responsáveis por ela, uma parte do público, além de se sentir ameaçada, usa sua condição para reverberar preconceitos de classe e raça, além de julgar ter carta-branca para se defender de forma truculenta ao menor sinal de violência. Isso tudo, inclusive, reforça estereótipos de classe e raça, tendo em vista a exploração de corpos pretos e pobres por parte do jornalismo criminal. Romão e Osmo (2021, p. 7) pontuam que esse ponto de vista preconceituoso, que reconhece nas marcas corporais indícios de banditismo, junto a uma compreensão ultrapassada sobre as questões da violência, torna mais fácil a investigação dos jornais.

Uma das características dos programas necrojornalísticos é tratar fatos ordinários como extraordinários. Não nos referimos às mortes provocadas pela violência armada, mas pelo que constitui as coberturas sobre o tema. Além disso, a linguagem utilizada

costuma construir uma ponte entre o emissor – o jornalista – e o receptor – nesse caso, o público. E isso acontece não apenas pela utilização de bordões e ditados populares ou pela utilização de palavras simples e pouco rebuscadas.

Outra estratégia também pode ser utilizada: a exposição de antônimos diretos para criar a falsa impressão de que sempre existem dois lados e que só há uma escolha correta a ser feita. De um lado, o bem e, do outro, o mal. Bandido e herói. Certo e errado. Trabalhador e vagabundo. Tudo pode virar uma dicotomia na linguagem do necrojornalismo. Freitas (2021, p. 203) afirma que essa bifurcação pode produzir acolhimento, por meio da identificação, e afastamentos, por meio da rejeição, entre sujeitos mediante representações penetradas na identidade.

Todas essas características são detalhes que, isolados, podem não ter tanta relevância e, inclusive, podem passar despercebidos. Entretanto, por mais sutis que eles sejam, quando unidos, constituem uma comunicação violenta, desrespeitosa e antiética, com foco na morte e em tudo que ela carrega consigo. É importante ressaltar que o uso do necrojornalismo não é exclusivo da Rede Record, embora a emissora seja nacionalmente conhecida por seus programas sensacionalistas. Afinal, essa estratégia de comunicação a serviço da necropolítica faz parte de uma realidade muito maior, que ultrapassa os muros de emissoras e redações. Por isso, é tão importante pautar o necrojornalismo. Porque ele está nas grandes coberturas, mas também pode se fazer presente em veículos independentes e páginas nas redes sociais, por exemplo.

Este trabalho é um embrião do desenvolvimento do conceito de necrojornalismo. A partir dele, pretendemos dar continuidade à pesquisa e, assim, contribuir para a construção de uma prática profissional comprometida com a ética e com os direitos fundamentais e para uma reflexão, no campo acadêmico, sobre as características e desdobramentos deste conceito.

5. Referências bibliográficas

CIDADE ALERTA. Luiz Bacci, Rede Record, São Paulo, 08 de junho de 2021. Disponível mediante pagamento em: playplus.com/History/Play?m=210985.

COELHO, Henrique. "Investigação da polícia civil conclui que tiro que matou Kathlen Romeu foi disparado por um PM." *GI*. Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/13/investigacao-da-policia-civil-conclui-que-tiro-que-matou-kathlen-romeu-foi-disparado-por-um-pm.ghtml>.

FÉLIX, Carla Baiense. **As guerras do Rio: mídia, favela e militarização do cotidiano.** *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 11, n. 3, 2017. DOI: doi.org/10.29397/reciis.v11i3.1426.

FÉLIX, Carla Baiense. **Entre discursos: mídia e subjetividade nos espaços populares.** 2008.

FÉLIX, Carla Baiense; VIANNA, Antonio Carlos Ferreira. **Imprensa e preconceito: a relação entre favela e celebridades no mundo do crime.** *Logos: Dossiê Cotidiano e Experiência*, v. 22, n. 02, 2º semestre, 2015.

FREITAS, Gustavo. **Regimes de verdade e discurso jornalístico: reflexões acerca do papel das representações midiáticas como produtoras dos efeitos regulamentados de poder.** *Revista Comunicado*, 2021.

KODATO, Sergio. **O papel da mídia regional na representação da violência e imaginário do medo.** 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATHEUS, Letícia. **O medo como mídia: estratégias de narração no jornalismo de O Globo.** *Contratempo*, 2008.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral.** *Revista Extraprensa*, 2019.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques; OSMO, Alan. **O perigo mora ao lado: jornalismo policial televisivo e paranoia.** *Revista Subjetividades*, 2021.

RONDELLI, E. **Imagens da violência: práticas discursivas.** *Tempo Social*, v. 10, n. 2, p. 145-157, 1998.